

Usina Solar Arinos 20 SPE S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2024**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações de resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações do fluxo de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua Verbo Divino, 1400, Conjunto Térreo ao 801 - Parte,

Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Diretores e Acionistas da
Usina Solar Arinos 20 SPE S.A.
Arinos - MG**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Usina Solar Arinos 20 SPE S.A., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Usina Solar Arinos 20 SPE S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 25 de março de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6



Daniel Aparecido da Silva Fukumori
Contador CRC 1SP245014/O-2

Usina Solar Arinos 20 SPE S.A.

Balanços patrimoniais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2024	2023	Passivo	Nota	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa	7.a	17.835	188	Fornecedores	13	4.096	568
Contas a receber	8	3.078	-	Obrigações tributárias	15	515	195
Tributos a recuperar		10	-	Imposto de renda e contribuição social	21	93	-
Imposto de renda e contribuição social a compensar		88	-	Passivo de arrendamentos	10	11	50
Despesas antecipadas	9	359	416	Financiamentos	14	107.384	-
Outras contas a receber		135	-	Dividendos a pagar	22.c	161	-
Instrumentos financeiros derivativos	23	-	2.825	Contas a pagar partes relacionadas	22.c	89	89
				Instrumentos financeiros derivativos	23	-	2.825
Total do ativo circulante		21.505	3.429	Outras contas a pagar	13	9	-
				Total do passivo circulante		112.358	3.727
Despesas antecipadas	9	130	162				
Direito de uso	10	4.247	4.308	Passivo de arrendamentos	10	4.247	4.258
Imobilizado	11	159.224	18.933	Provisão para desmobilização	16	155	-
Intangível	12	7.959	-				
Total do ativo não circulante		171.560	23.403	Total do passivo não circulante		4.402	4.258
				Patrimônio líquido	17		
				Capital social		75.787	18.943
				Reserva de lucros		518	-
				Prejuízos acumulados		-	(96)
				Total do patrimônio líquido		76.305	18.847
Total do ativo		193.065	26.832	Total do passivo e patrimônio líquido		193.065	26.832

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Usina Solar Arinos 20 SPE S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Nota	2024	2023
Receita operacional líquida	18	2.966	-
Custos com venda de energia	19	(581)	-
Lucro bruto		2.385	-
Despesas gerais e administrativas	19	(112)	(84)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		2.273	(84)
Receitas financeiras	20	330	2.826
Despesas financeiras	20	(1.502)	(2.825)
Resultado financeiro		(1.172)	1
Resultado antes dos tributos		1.101	(83)
Imposto de renda e Contribuição social correntes	21	(326)	-
Lucro líquido / (prejuízo) do exercício		775	(83)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Usina Solar Arinos 20 SPE S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Lucro líquido / (prejuízo) do exercício	<u>775</u>	<u>(83)</u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente do exercício	<u><u>775</u></u>	<u><u>(83)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Usina Solar Arinos 20 SPE S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social		Reserva de lucros		Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
		Capital subscrito	Capital a integralizar	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros		
Saldos em 31 de dezembro de 2022		13	-	-	-	(13)	-
Subscrição de capital social	17.a	185.629	(185.629)	-	-	-	-
Integralização de capital social	17.a	-	18.930	-	-	-	18.930
Prejuízo do exercício	17.e	-	-	-	-	(83)	(83)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		185.642	(166.699)	-	-	(96)	18.847
Integralização de capital social	17.a	-	40.813	-	-	-	40.813
Incorporação de acervo patrimonial	17.e	-	16.031	-	-	-	16.031
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	775	775
Destinação para reserva legal	17.b	-	-	34	-	(34)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	17.c	-	-	-	-	(161)	(161)
Destinação para reserva de lucros	17.d	-	-	-	484	(484)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		185.642	(109.855)	34	484	-	76.305

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Usina Solar Arinos 20 SPE S.A.

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Nota	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		1.101	(83)
Ajustes para reconciliar o resultado do período com recursos provenientes de atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	11	482	-
Amortização de direito de uso	10	11	-
Atualização monetária da provisão para desmobilização	16	1	-
Juros sobre financiamentos	14	1.208	-
Juros sobre passivo de arrendamento	10	42	-
		2.845	(83)
Redução (aumento) nos ativos operacionais:			
Contas a receber		(3.078)	-
Outras contas a receber		(135)	-
Tributos a recuperar		(10)	-
Despesas antecipadas		88	(578)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		364	(5)
Obrigações tributárias		320	195
Derivativos pagos		-	(392)
Contas a pagar partes relacionadas		-	73
Outras contas a pagar		9	-
		403	(790)
Caixa gerado pelas / (aplicado nas) atividades operacionais			
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(321)	-
		82	(790)
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de ativo intangível	12	(14)	8
Aquisição de ativo imobilizado	11	(113.813)	(17.969)
		(113.827)	(17.961)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Captação de financiamentos	14	100.000	-
Pagamento do principal do passivo de arrendamento	10	(96)	(4)
Integralização de capital	17.a	31.488	18.930
		131.392	18.926
Aumento líquido no saldo de caixa e equivalentes de caixa			
		17.647	175
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	7	188	13
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	7	17.835	188
		17.647	175

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

1 Contexto operacional

A Usina Solar Arinos 20 SPE S.A. (“Companhia”) é uma SPE, controlada diretamente pela Solar Arinos S.A., passando a ser controlada indiretamente pela Newave Energia S.A, a partir de outubro de 2023 (anteriormente controlada pela Voltalia Energia do Brasil Ltda). Foi constituída na forma de sociedade de propósito específico de capital fechado, com sede na Fazenda Boa Vista, com entrada a altura do KM 25.6, Rod Arinos Januária, S/N, Arinos – MG – Zona Rural.

A Companhia foi constituída em 21 de dezembro de 2021, e tem como objeto social a implantação e exploração da usina de geração de energia elétrica por fonte fotovoltaica UFV Arinos 20, cadastrada na Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, sob o CEG nº CEG UFV.RS.MG.047316-2.01.

Em 05 de julho de 2022, mediante transferência de outorga, anteriormente concedida a desenvolvedora do projeto, a Companhia foi autorizada a atuar sob o regime de produção independente de energia elétrica, conforme Resolução Autorizativa nº 12.257 de 05 de julho de 2022. A autorização de exploração vigorará pelo prazo de 35 anos.

1.1 Aspectos relacionados aos indicadores financeiros

A Companhia apresentou capital circulante líquido negativo, que corresponde à diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante, de R\$ 90.853 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 298 negativo em 31 de dezembro de 2023). Adicionalmente, a Companhia apurou lucro no exercício de R\$ 775 (prejuízo de R\$ 83 em 31 de dezembro de 2023) e fluxo de caixa operacional positivo de R\$ 82 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 790 negativo em 31 de dezembro de 2023) e reserva de lucros de em 31 de dezembro de 2024 de R\$ 518 (prejuízo acumulado de R\$ 96 em 31 de dezembro de 2023). O motivo principal do capital circulante líquido ser negativo em 31 de dezembro de 2024, decorre do prazo de vencimento do financiamento (conforme demonstrado na nota explicativa 14). Com o objetivo de equalizar a liquidez financeira, a Companhia conforme divulgado na nota de eventos subsequentes (NE 27), está em processo de postergação do vencimento da dívida para abril de 2026, o que contribui de maneira relevante com esse tema.

Consequentemente, em 31 de dezembro de 2024, com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo. A Administração não tem conhecimento de incertezas que possam gerar dúvidas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

1.2 Recebimento de ativos mediante cisão parcial

Conforme assembleia geral extraordinária, realizada em 31 de dezembro de 2024, a Companhia Usina Solar Arinos 3 aprovou a cisão parcial do ativo imobilizado referente aos custos incorridos na construção da subestação no valor de R\$ 96.182, os quais foram cindidos para as demais Companhias do Grupo. Desta forma a companhia recebeu o montante de R\$ 16.031 de ativos imobilizados conforme nota explicativa nº 11 e mesmo valor correspondente em aumento de capital social conforme nota explicativa nº 17.

2 Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 25 de março de 2025.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Aplicação financeira que são mensurados ao valor justo;
- Instrumentos financeiros derivativos que são mensurados ao valor justo.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, e essas demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2024 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Direito de uso e arrendamentos - Nota explicativa nº 10:** Estimativa da taxa implícita de desconto utilizada no cálculo do valor presente;
- **Vida útil dos ativos tangíveis – Nota explicativa nº 11:** Refere-se a ativos de imobilizados em andamento, assim que o ativo atingir o estágio de conclusão previsto pela Administração, a depreciação será feita pelo método linear, com base nas taxas anuais. A vida útil dos ativos será determinada pela Administração com base na estimativa de tempo de geração de recurso que tal ativo espera prover;
- **Análise de redução ao valor recuperável da planta fotovoltaica – Nota explicativa nº11:** principais premissas em relação aos valores recuperáveis da planta fotovoltaica.

- **Reconhecimento e mensuração dos custos de desmobilização – nota explicativa nº16:** Referem-se as principais premissas sobre a mensuração dos custos prováveis, descontados a valor presente, representando assim a saída futura de recursos necessários para entrega do terreno locado nas condições previstas no contrato; e
- **Intangível - Nota explicativa nº 12:** Principais premissas em relação aos valores recuperáveis e sua respectiva vida útil;
- **Instrumentos financeiros – Nota explicativa nº 23:** principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo.

5 Políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras.

a. Receita de contrato com cliente

Reconhecimento da receita

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida de quaisquer contraprestações variáveis. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve:

- a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente;
- a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato;
- a determinação do preço para cada tipo de transação;
- a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e
- o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato, sejam em um determinado período, ou ao longo do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

O principal critério de reconhecimento e mensuração do contrato de energia de reserva é estabelecido com base na quantidade de energia entregue no ponto de verificação acordado entre as partes e com os preços especificados nos termos dos contratos de fornecimento.

b. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e aplicações financeira com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo no momento de sua liquidação e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo.

A determinação da composição de caixa e equivalentes de caixa da Companhia tem como objetivo a manutenção de caixa suficiente que assegure a continuidade dos investimentos e a liquidez de curto e longo prazo, mantendo o retorno de sua estrutura de capital a níveis adequados, visando à continuidade dos seus negócios.

c. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

d. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- receita de juros;
- despesa de juros; e
- ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. A 'taxa de juros efetiva' é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- ao custo amortizado do passivo financeiro.

e. Imposto de renda e contribuição social**(i) Regime de tributação pelo Lucro Real**

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

f. Imobilizado**(i) Reconhecimento e mensuração**

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de financiamentos capitalizados, receitas financeiras oriundas dos financiamentos obtidos para construção do ativo, até o momento da disponibilidade do ativo para a administração da Companhia,

deduzido de depreciação acumulada após a entrada em operação do parque fotovoltaico e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

(iii) Depreciação

A depreciação será calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens o qual a Companhia definiu uma vida útil de 30 anos que representa o período estimado pela Administração no qual o grupo de ativos operacionais fluirão em benefícios econômicos. A depreciação é reconhecida no resultado. Dado a limitação legal imposta pelo prazo de autorização, os ativos são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo de autorização.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Planta fotovoltaica – instalações, máquinas e benfeitorias	30 anos
--	---------

A taxa de depreciação do item planta fotovoltaica representa a vida útil do ativo enquanto unidade operacional e inclui todos os gastos que foram necessários para a construção e início de operação da planta. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

g. Ativos intangíveis

Inclui custos com a implantação de desenvolvimento de geração de energia fotovoltaica e aquisição de softwares.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(i) Reconhecimento e Mensuração

Os ativos intangíveis que são adquiridos pelo Grupo e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

(ii) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) Amortização

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado.

As vidas úteis estimadas são as seguintes:

Softwares	5 anos
-----------	--------

Direito de Exploração

30 anos

h. Provisão para desmobilização

Os contratos de arrendamento das terras onde os parques encontram-se instalados contêm cláusulas que obrigam a Companhia, ao final do prazo contratual, devolva as terras em condições originais anteriores a implementação dos parques. A provisão foi inicialmente mensurada ao seu valor justo e, posteriormente, é ajustada a valor presente e mudanças no valor ou na tempestividade dos fluxos de caixa estimados. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e são depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo, é possível verificar maiores detalhes na nota explicativa nº 16.

i. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

(a) Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado:

- ao custo amortizado;
- ao VJR (Valor Justo por meio do Resultado).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

(b) Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas.
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;

- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

(c) Ativos financeiros – Avaliação do modelo de negócio

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

(d) Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

(a) Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem

transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

(b) Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

j. Redução ao valor recuperável (impairment)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

A Companhia mensura a provisão para perda com contas a receber de clientes e ativos de contrato em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para aplicações financeiras com baixo risco de crédito na data do balanço, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposto ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperada

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito.

As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

(ii) Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge (“hedge accounting”)

A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de moeda estrangeira, utilizando a contabilização de *hedge* (*hedge accounting*) com o intuito de proteger aquisições de equipamentos para o ativo imobilizado empregados nas usinas solares em construção, (módulos e inversores). Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para este fim são Contratos a Termo de Moeda – NDF (*Non Deliverable Forward*).

No início de relacionamento do *hedge* designado, a Companhia documenta o objetivo e a estratégia de gerenciamento de risco para a realização do *hedge*. A Companhia também documenta a relação econômica entre o item coberto e o instrumento de cobertura, incluindo se as alterações nos fluxos de caixa do item coberto e do instrumento de cobertura devem compensar-se mutuamente.

Periodicamente a Administração da Companhia monitora os critérios de qualificação do instrumento de hedge, a fim de assegurar a relação de proteção.

Hedge de valor justo

Quando um instrumento financeiro derivativo é designado como instrumento de hedge valor justo, a parcela efetiva das variações no valor justo é reconhecida e acumulada no resultado do exercício e são limitadas ao índice designado para o item protegido. A Companhia designou Contratos a Termo de Moeda – NDF (*Non Deliverable Forward*) como instrumento de hedge. A parcela efetiva das variações no valor justo do instrumento de hedge é reclassificada para o custo do objeto de hedge protegido, sendo estes, os ativos fixos adquiridos durante o período de vigência do *hedge*.

Se o *hedge* não mais atender aos critérios de contabilidade de *hedge* ou se, o instrumento de *hedge* for rescindido, ou expirar, a contabilidade de hedge será descontinuada prospectivamente.

(iii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

k. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia.

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

I. Arrendamentos

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca da contraprestação.

(i) Arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém o componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais.

Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. No caso da Companhia o ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento se referem ao aluguel onde o parque fotovoltaico se encontra em operação.

A Companhia adota os seguintes critérios de reconhecimento e mensuração inicial dos ativos e passivos:

Reconhecimento de passivo de arrendamento mercantil na data da aplicação inicial para arrendamentos anteriormente classificados como arrendamento operacional. A mensuração do passivo de arrendamento mercantil foi realizada ao valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes, descontados a partir das taxas de juros incrementais para fontes de financiamento dos ativos subjacentes. A taxa nominal de juros incremental estabelecida foi em média de 12,66% a.a.

Reconhecimento de ativo de direito de uso na data da aplicação inicial para arrendamentos anteriormente classificados como arrendamento operacional. A mensuração do ativo de direito de uso ao valor equivalente ao passivo de arrendamento mercantil, ajustado pelo valor de quaisquer pagamentos de arrendamento antecipados ou acumulados referentes a esse arrendamento que tiver sido reconhecido no balanço patrimonial imediatamente antes da data da aplicação inicial.

O ativo de direito de uso é amortizado linearmente de acordo com a vida útil do respectivo ativo subjacente, o passivo é amortizado de acordo com o pagamento das contraprestações, reconhecendo as respectivas despesas financeiras com base no método da taxa efetiva de juros. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo, itens de baixo valor (USD 5) e para aqueles que possuem contraprestações em sua totalidade variáveis.

Os ativos de direito de uso são apresentados no ativo não circulante, e são amortizados de acordo com o prazo contratual remanescente dos contratos de arrendamento.

A Companhia apresenta os pagamentos de principal e juros na demonstração de fluxo de caixa nas atividades de financiamento. Durante o período de construção os juros dos arrendamentos são reconhecidos no ativo imobilizado.

6 Novas normas e interpretações

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025. A Companhia não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras.

(a) IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis

O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Companhia, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como ‘outros’.

(b) Outras Normas Contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21);
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7);
- Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou empreendimento controlado em conjunto (Alterações na IFRS 10 e na IAS 28).

7 Caixa e equivalentes de caixa

a. Caixa e equivalentes de caixa

	2024	2023
Depósitos bancários (a)	636	188
Aplicações financeiras (b)	17.199	-
Total de Caixa e equivalente de caixa	17.835	188

- (a) Inclui depósitos disponíveis prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.
- (b) As aplicações financeiras referem-se à certificado de depósito bancário, de liquidez imediata e remuneração atrelada à variação do CDI em média de 94,5% em 31 de dezembro de 2024 ao ano, não excedendo os seus respectivos valores de mercado.

8 Contas a receber

	2024	2023
Contas a receber de clientes – ACL – (a)	3.078	-
Total	3.078	-

- (a) (a) Contas a receber proveniente da operação de venda firmada bilateralmente no Ambiente de Contratação Livre (ACL), conforme descrito na nota explicativa nº 1 e nº 18, onde o saldo é liquidado no mês subsequente a geração e não há saldos vencidos a receber.

A Companhia entende não haver riscos de créditos com os recebíveis e, portanto, não reconheceu nenhum montante à título de expectativa de perda com crédito de liquidação duvidosa. A Companhia não possui histórico de inadimplência com recebíveis.

9 Despesas antecipadas

	2024	2023
Seguros (a)	347	446
Custo de captação (b)	130	129
Fianças bancárias (c)	12	3
Total de despesas antecipadas	489	578
Circulante	359	416
Não circulante	130	162

- (a) Refere-se aos seguros para implementação do parque fotovoltaico.
- (b) Refere-se a custos inerentes ao processo de captação de financiamento para construção do parque fotovoltaico.
- (c) Refere-se a fianças bancárias para garantia do Contrato de Uso do Sistema de Transmissão (CUST).

10 Ativo de direito de uso e arrendamento

A Companhia atua como arrendatária em contratos de terras onde os parques fotovoltaicos encontram-se em operação.

A movimentação do direito de uso está demonstrada abaixo:

	Valor líquido em 31/12/2023	Adições	Amortizações	Valor líquido em 31/12/2024
Ativo de direito de uso				
Arrendamento parques fotovoltaicos	4.308	-	(61)	4.247
Total do ativo	4.308	-	(61)	4.247

	Valor líquido em 31/12/2022	Reconhecimento Inicial	Amortizações	Valor líquido em 31/12/2023
Ativo de direito de uso				
Arrendamento parques fotovoltaicos	-	4.312	(4)	4.308
Total do ativo	-	4.312	(4)	4.308

O prazo de amortização de direito de uso é de 35 anos.

Composição dos saldos do passivo de arrendamento:

	2024	2023
Passivo de arrendamento	4.258	4.308
Total	4.258	4.308
Circulante	11	50
Não circulante	4.247	4.258

A movimentação do passivo de arrendamento, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, está demonstrada abaixo:

2024					
	Valor líquido em 31/12/2023	Adições	Pagamento de principal e juros	Juros incorridos	Valor líquido em 31/12/2024
Passivo de arrendamento					
Arrendamento - Terreno do Parque Fotovoltaico	4.308	-	(96)	46	4.258
Total	4.308	-	(96)	46	4.258
2023					
	Valor líquido em 31/12/2022	Adições	Pagamento de principal		Valor líquido em 31/12/2023
Passivo de arrendamento					
Arrendamento - Terreno do Parque Fotovoltaico	-	4.312	(4)		4.308
Total	-	4.312	(4)		4.308

Mediante reconhecimento do arrendamento, a taxa de desconto utilizada para tal é de 12,66% a.a.

11 Imobilizado

	31/12/2022	Adições	Transferência (b)	31/12/2023	Adições	Incorporação de ativos (d)	Juros Capitalizados (e)	31/12/2024
Custo de aquisição:								
Planta fotovoltaica – instalações, máquinas e benfeitorias (a)	-	18.925	8	18.933	118.389	16.031	6.176	159.529
Custo para desmobilização de ativos (c)	-	-	-	-	155	-	-	155
Total do custo	-	18.925	8	18.933	118.544	16.031	6.176	159.684
Depreciação acumulada	31/12/2022	Adições	Transferência	31/12/2023	Adição	Juros Capitalizados	Incorporação de ativos	31/12/2024
Planta fotovoltaica – instalações, máquinas e benfeitorias	-	-	-	-	(460)	-	-	(460)
Total da depreciação acumulada	-	-	-	-	(460)	-	-	(460)
Total do imobilizado	-	18.925	8	18.933	118.084	16.031	6.176	159.224

- a) Refere-se às compras de ativo imobilizado.
- b) Conforme nota explicativa nº 12.
- c) Conforme nota explicativa nº 16.
- d) Conforme nota explicativa nº 17.
- e) Conforme nota explicativa nº 14.

Em dezembro de 2023 a Companhia concluiu a construção da Usina Fotovoltaica e iniciou a operação para fornecimento para contratos firmados bilateralmente em ambiente de contratação livre, iniciando no exercício de 2024 o reconhecimento de depreciação. A vida útil do ativo imobilizado e políticas contábeis aplicáveis estão descritas na nota explicativa nº 5.e

A Companhia avaliou que até 31 de dezembro de 2024 não existem evidências de perda do valor recuperável de seu imobilizado em andamento.

12 Intangível

	31/12/2022	Transferência para imobilizado	31/12/2023	Adição	31/12/2024
Gastos desenvolvimento (a)	8	(8)	-	-	-
Direito de Exploração	-	-	-	7.967	7.967
Software	-	-	-	14	14
Total do custo	8	(8)	-	7.981	7.981

Amortização acumulada	31/12/2022	Transferência para imobilizado	31/12/2023	Adição	31/12/2024
Gastos desenvolvimento (a)	-	-	-	-	-
Direito de Exploração	-	-	-	(22)	(22)
Software	-	-	-	-	-
Total da amortização acumulada	-	-	-	(22)	(22)
Total do intangível	8	-	-	7.959	7.959

- a) Refere-se ao custo efetivo incorrido com a fase inicial do projeto de geração de energia fotovoltaica. Os custos incorridos os quais foram posteriormente transferidos ao imobilizado em construção, atendem aos critérios requeridos para fins de capitalização, vide nota explicativa nº 11.

A Companhia avaliou que em 31 de dezembro de 2024 não existem evidências de perda do valor recuperável de seu intangível.

13 Fornecedores e outras contas a pagar

O saldo de fornecedores e contas a pagar é representado por obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios.

	2024	2023
Fornecedores		
Contratação de serviços (a)	3.648	555
Provisões de fornecedores (b)	-	13
Fornecedores – CCEE (c)	448	-
Total de fornecedores	4.096	568

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Fornecedores		
Contratação de serviços (a)	3.648	555
Outras contas a pagar (d)		
Outras contas a pagar	<u>9</u>	<u>-</u>
Total de fornecedores e outras contas a pagar	<u>4.105</u>	<u>568</u>

- a) Refere-se a contratação de serviços e equipamentos empregados na construção do ativo imobilizado.
b) Refere-se a provisão de serviços a serem faturados.
c) Refere-se a ajustes negativos de liquidação no ambiente da CCEE.
d) Refere-se a saldos de fiança a pagar.

As informações sobre a exposição da Companhia ao risco de liquidez relacionado a fornecedores e outras contas a pagar encontram-se divulgados na nota explicativa nº 23.

14 Financiamentos

	<u>2024</u>
Financiamentos bancários com garantia	
Saldo inicial	<u>-</u>
Financiamentos tomados (principal)	100.000
Juros incorridos (i)	<u>7.384</u>
Saldo em final	<u>107.384</u>
Passivo circulante	107.384
Passivo não circulante	-

- (i) Conforme demonstrado na nota explicativa 11, o montante de R\$ 6.176, de juros incorridos foram capitalizados.

a. Termos e cronograma de amortização da dívida

Tipo e agente financiador	Taxa de juros (pro rata temporis)	Data da contratação	Valor contratado	Vencimento final	Pagamento
Banco do Brasil S. A (notas comerciais)	CDI + 2,30% a.a.	10/04/2024	100.000	abr/25	anual

Os contratos de financiamentos estabelecem as principais condições:

- Alienação fiduciária de ações em garantia e outras avenças das devedoras;

- Instrumento particular de alienação fiduciária de máquinas e equipamentos e outras avenças das devedoras;
- Cessão fiduciária dos direitos creditórios e direitos emergentes advindos do projeto de titularidade das devedoras;
- Garantia fidejussória prestada pela Companhia, controlada direta Solar Arinos S.A e as devedoras;
- Compromisso limitado de aporte de recursos próprios pela Companhia.

15 Obrigações tributárias

	2024	2023
IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte	5	2
ISS – Imposto Sobre Serviços – Retido	3	85
INSS Retido – sobre serviços contratados	-	106
ICMS	152	-
PIS / COFINS	355	-
Outros	-	2
	515	195

16 Provisão para desmobilização

De acordo com a cláusula contida nos contratos de arrendamento, a Companhia tem a obrigação de devolver o terreno arrendado onde o parque encontra-se instalado nas condições originais anteriores a implementação das instalações.

Em dezembro de 2024, a Companhia realizou o reconhecimento inicial da provisão para desmobilização inerente à desmontagem da usina fotovoltaica no montante de R\$155. Este montante foi mensurado com base nos custos estimados para desmontagem no término contrato de arrendamento, atualizado a valor presente por uma taxa de desconto definida em 11,13%

O valor correspondente a desmobilização está registrada no ativo imobilizado e está sendo amortizado mensalmente. O valor atualizado em 31 de dezembro de 2024 é de R\$155 (R\$0 em 31 de dezembro de 2023), conforme nota explicativa nº 11.

A movimentação da provisão para desmobilização durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi a seguinte:

	2024
Saldo inicial	
Reconhecimento inicial	154
Atualização monetária sobre a provisão de desmobilização	1
Saldo final	155

17 Patrimônio líquido

a. Capital Social

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o capital social subscrito da Companhia é de R\$185.642, representado por 185.642 mil ações, nominativas detidas em sua totalidade pela acionista Solar Arinos S.A. Em 31 de dezembro de 2024, o capital integralizado da Companhia é de R\$ 75.787 (R\$ 18.943 em 31 de dezembro de 2023).

A Companhia possui em 31 de dezembro 2024 capital a integralizar no montante de R\$ 109.855 (R\$ 166.699 em 31 de dezembro 2023).

Em 2024 a controladora da Companhia realizou a integralização de capital social no valor de R\$ 31.488 mediante transferência bancária e integralizou o valor de R\$ 9.325 mediante gastos com imobilizado pagos pela controladora. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 integralizou R\$ 17.639, assim como integralizou no exercício de 2023 o valor de R\$ 1.291, mediante gastos com imobilizados pagos pela controladora indireta Newave Energia S.A.

b. Reserva Legal

Será constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. O lucro líquido será destinado a reserva legal no término do exercício fiscal.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 a Companhia apurou o lucro de R\$ 775. Mediante a este fato, após a compensação dos prejuízos acumulados a Companhia constituiu reserva legal no valor de R\$34.

c. Dividendos

Dividendos mínimos obrigatórios:

Conforme previsto no inciso I do parágrafo 1º do artigo 17 da Lei 6.404/76 a Companhia reconhece a cada exercício a distribuição mínima 25%, a título de dividendos mínimos obrigatórios, quando apurado lucro no final do exercício.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia destinou à título de dividendos mínimos obrigatórios o montante de R\$ 161 (R\$0 em 2023), conforme demonstrativo abaixo:

	<u>2024</u>
Prejuízos acumulados	(96)
Lucro líquido do exercício	775
Base de cálculo - Reserva Legal	<u>679</u>
Reserva legal - 5%	(34)
Base de cálculo - Dividendos mínimos	<u>645</u>
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	161

O saldo de dividendos a pagar em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 161 (R\$0 em 2023).

d. Reserva de retenção de lucros

É destinada à aplicação em investimentos previstos no orçamento de capital conforme proposta no orçamento previamente aprovado na assembleia geral.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 a Companhia destinou para reserva de retenção de lucros R\$ 484 (prejuízo de R\$95 em 31 de dezembro de 2023).

e. Incorporação de acervo líquido – ativo imobilizado

Conforme assembleia geral extraordinária, realizada em 31 de dezembro de 2024, a Companhia aprovou a incorporação do acervo líquido, composto por bens do ativo imobilizado, decorrente da cisão parcial realizada na Usina Solar Arinos 3 SPE S.A., no montante de R\$ 16.031, bem como aprovação da subscrição e integralização do acervo incorporado pelo respectivo valor, conforme demonstrado na nota explicativa nº 1.2 e 11.

18 Receitas operacionais

	2024	2023
Receita de energia comercializada (a)	3.465	-
Total das receitas operacionais antes dos impostos	3.465	-
PIS	(62)	-
COFINS	(285)	-
ICMS	(152)	-
Impostos sobre receita bruta	(499)	-
Receita operacional líquida	2.966	-

(a) Receita proveniente do Ambiente de Contratação Livre (ACL), referente aos contratos bilaterais.

Durante o exercício de 2024 a Companhia gerou 13.826 MWh.

19 Custos de operação e despesas gerais administrativas

	2024	2023
Custos de operação		
Depreciação e amortização	(493)	-
Seguros	(45)	-
Veículos e equipamentos	(43)	-
Total	(581)	-

Usina Solar Arinos 20 SPE S.A.
Demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Despesas gerais e administrativas		
Contabilidade e auditoria	(112)	(50)
Serviços técnicos	-	(26)
Impostos e taxas	-	(8)
Total	<u>(112)</u>	<u>(84)</u>

20 Resultado financeiro

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Receitas financeiras:		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	112	1
Ganho com instrumentos financeiros derivativos (*)	218	2.825
	<u>330</u>	<u>2.826</u>
Despesas financeiras:		
Perda com instrumentos financeiros derivativos (*)	(218)	(2.825)
Despesas e comissões bancárias	(1)	-
Juros sobre arrendamentos	(42)	-
Juros sobre financiamentos	(1.208)	-
Fianças bancárias	(12)	-
Outras despesas	(21)	-
	<u>(1.502)</u>	<u>(2.825)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(1.172)</u>	<u>1</u>

(*) Referente aos derivativos designados como hedge de valor justo, conforme nota explicativa nº 23.

21 Imposto de renda e contribuição social

Em 31 de dezembro de 2024 o montante remanescente a pagar de imposto de renda e contribuição social é de R\$ 93 (R\$0 em 31 de dezembro de 2023). A conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas debitada em resultado é demonstrada como segue:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Lucro (Prejuízo) contábil antes do imposto de renda e contribuição social	1.101	(83)
Alíquota vigente combinada	34%	34%
IRPJ e CSLL alíquota nominal	(374)	(28)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:		
Adições não dedutíveis temporariamente	52	-
Exclusões não dedutíveis temporariamente	(56)	(41)

Compensação de prejuízos fiscais	(69)	-
Base negativa - prejuízo fiscal não contabilizado (*)	-	69
Base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social	1.028	-
Despesa de IRPJ e CSLL	(326)	-
Alíquota efetiva	32%	-

O saldo de prejuízo fiscal em 31 de dezembro de 2023 no montante de R\$ 69 foi integralmente utilizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

22 Partes relacionadas

a. Controladora e controladora final

A controladora é a Solar Arinos S.A. e o controlador final é a Newave Energia S.A.

b. Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração refere-se aos diretores. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da Administração, por seus serviços é representada por salários e outros benefícios de curto prazo. A remuneração dos diretores é suportada pela controladora indireta Newave Energia S.A.

c. Operações com partes relacionadas

a) Passivo

	Contas a Pagar	
	2024	2023
Solar Arinos S.A.	86	86
Usina Solar Arinos 3 S.A.	3	3
	89	89

	Dividendos a pagar	
	2024	2023
Solar Arinos S.A.	161	-
	161	-

(a) Refere-se a despesas pagas pelas respectivas Empresas e Companhias em nome da Companhia.

23 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

a. Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

		2024 – Valor contábil		2023 – Valor contábil	
	Nota	Valor justo através do resultado	Custo amortizado	Valor justo através do resultado	Custo amortizado
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	7	17.199	636	-	188
Contas a receber	8	-	3.078	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	23	-	-	2.825	-
Outras contas a receber		-	135	-	-
Total		17.199	3.849	2.825	188
Passivos					
Fornecedores	13	-	4.096	-	568
Contas a pagar partes relacionadas	22.c	-	89	-	89
Derivativos a pagar	23	-	-	2.825	-
Financiamentos	14	-	107.384	-	-
Dividendos a pagar	22.c	-	161	-	-
Passivo de arrendamentos	10	-	4.258	-	4.308
Outras contas a pagar	13	-	9	-	-
Total		-	115.997	2.825	4.965

		2024		2023	
	Hierarquia do valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 1	17.835	17.835	188	188
Contas a receber	Nível 2	3.078	3.078	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	Nível 2	-	-	2.825	2.825
Outras contas a receber	Nível 2	135	135	-	-
Total		21.048	21.048	3.013	3.013
		2024		2023	
Passivos					
Fornecedores	Nível 2	4.096	4.096	568	568

Usina Solar Arinos 20 SPE S.A.
Demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Contas a pagar partes relacionadas	Nível 2	89	89	89	89
Derivativos a pagar	Nível 2	-	-	2.825	2.825
Financiamentos	Nível 2	107.384	107.384	-	-
Dividendos a pagar	Nível 2	161	161	-	-
Passivo de arrendamentos	Nível 2	4.258	4.258	4.308	4.308
Outras contas a pagar	Nível 2	9	9	-	-
Total		115.997	115.997	7.790	7.790

Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo financeiro, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1** – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2** – *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivados de preços); e
- **Nível 3** – *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não houve transferência decorrente de avaliação de valor justo entre nível 1, 2 tampouco com o nível 3.

Técnicas de avaliação dos instrumentos financeiros mensurados a valor justo

Derivativos a receber / a pagar

Precificação a termo - O valor justo é determinado utilizando taxas de câmbio a termo cotadas na data do balanço e ajustado ao valor presente, baseado nas cotações das taxas de câmbio e índices para o cálculo do valor presente, os quais são obtidos junto ao site da B3 em índices referenciais.

Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possuía contratos derivativos *Non-deliverable Forward (NDF)* em aberto, uma vez que com a conclusão das aquisições de ativos imobilizados atrelados ao dólar americano (USD), estes derivativos foram liquidados em agosto de 2024.

Abaixo são demonstradas as respectivas operações com NDFs:

Contrato a Termo – NDF			Valor a termo		Valor justo
			31/12/2023	31/12/2023	31/12/2023
Companhia	Desembolso	Vencimento (Mês/Ano)	Em USD	Em BRL	Em BRL
Solar Arinos 20	Termo líquido	jan/24	2.095	10.954	(659)
Solar Arinos 20	Termo líquido	fev/24	1.406	7.217	(224)
Solar Arinos 20	Termo líquido	mar/24	2.332	12.007	(391)
Solar Arinos 20	Termo líquido	abr/24	5.306	26.867	377
Solar Arinos 20	Termo líquido	mai/24	2.257	11.606	(64)
Solar Arinos 20	Termo líquido	jun/24	4.009	20.254	902

Usina Solar Arinos 20 SPE S.A.

Demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Solar Arinos 20	Termo líquido	jul/24	1.080	5.453	552
Solar Arinos 20	Termo líquido	ago/24	1.026	5.341	(275)
			19.511	99.699	218

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, os contratos a termo – NDF geraram entradas líquidas de caixa no montante de R\$ 218 (R\$ 392 em 31 de dezembro de 2023)

Contrato a Termo – NDF			Valor a termo	Valor justo
			31/12/2023	31/12/2023
Companhia	Desembolso	Vencimento (Mês/Ano)	Em USD	Em BRL
Solar Arinos 20	Termo líquido	out/23	120	(21)
Solar Arinos 20	Termo líquido	out/23	120	(21)
Solar Arinos 20	Termo líquido	dez/23	513	(137)
Solar Arinos 20	Termo líquido	dez/23	513	(137)
Solar Arinos 20	Termo líquido	dez/23	117	(38)
Solar Arinos 20	Termo líquido	dez/23	117	(38)
			1.500	(392)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, os contratos a termo – NDF geraram saídas líquidas de caixa no montante de R\$ 3.488 (R\$ 392 em 31 de dezembro de 2023)

b. Gerenciamento de risco financeiro

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado; e
- Risco de taxa de juros.

Estrutura de gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

(i) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente de instrumentos financeiros da Companhia.

Os valores contábeis dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito.

	2024	2023
Caixas e equivalentes de caixa	17.835	188
Contas a receber	3.078	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	2.825
Outras contas a receber	135	-
Total	21.048	3.013

De modo a diversificar o risco de crédito junto às instituições financeiras, a Companhia centraliza suas operações apenas em instituições de primeira linha. A Companhia prioriza investimentos de curtíssimo prazo para obter o máximo de rendimento e máxima liquidez frente aos passivos contraídos.

(ii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

31 de dezembro de 2024

	Valor Contábil	Fluxos de caixa contratuais				
		Total	2 anos ou menos	3 – 5 Anos	5 - 10 anos	Mais que 10 anos
Passivos financeiros						
Fornecedores e outras contas a pagar	4.105	4.105	4.105	-	-	-
Financiamentos	107.384	132.465	132.465	-	-	-
Dividendos a pagar	161	161	161	-	-	-
Passivo de arrendamentos	4.258	17.068	1.029	1.544	2.573	11.922
Contas a pagar partes relacionadas	89	89	89	-	-	-
	115.997	153.888	137.849	1.544	2.573	11.922

31 de dezembro de 2023

	Valor Contábil	Fluxos de caixa contratuais				
		Total	2 anos ou menos	3 – 5 Anos	5 - 10 anos	Mais que 10 anos
Passivos financeiros						
Fornecedores	568	568	568	-	-	-
Passivo de arrendamentos	4.308	17.164	567	1.544	2.573	12.480
Derivativos a pagar	2.825	2.825	2.825	-	-	-
Contas a pagar partes relacionadas	89	89	89	-	-	-
	7.790	20.646	4.049	1.544	2.573	12.480

(iii) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos

financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

(iv) Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

Análise de sensibilidade

Em atendimento ao item 40 do CPC 40 – Instrumento Financeiros Evidenciação / IFRS 7 – *Financial Instruments: Disclosures*, a Companhia efetua a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros.

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir estão apresentados todos os instrumentos financeiros da Companhia que estão expostos à indexadores, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário provável adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, com 25% e 50% de aumento do risco

Variação das taxas de juros		Variação 31/12/2024	Cenário Provável 31/12/2025	Sensibilidade		
				Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
Risco de aumento das taxas de juros e índices						
Risco de redução das taxas de juros e índices						
CDI (a)		12,15%	14,75%	14,75%	18,44%	22,13%

Risco de aumento (passivo)	Índice	Saldos em 31/12/2024	Sensibilidade				
			Provável	Δ + 25%	Δ + 50%	∇ - 25%	∇ - 50%
Financiamentos	CDI	107.384	15.839	19.799	23.759	11.879	7.920
Total		<u>107.384</u>	<u>15.839</u>	<u>19.799</u>	<u>23.759</u>	<u>11.879</u>	<u>7.920</u>
Risco de redução (ativo)							
Aplicações financeiras	CDI	<u>17.199</u>	<u>2.537</u>	<u>3.171</u>	<u>3.805</u>	<u>(3.171)</u>	<u>(3.805)</u>

(a) Certificado de Depósito Interbancário – Fonte: Projeções Bradesco Longo Prazo.

24 Demonstrações dos fluxos de caixa

Transações que não envolvem caixa:

	2024	2023
Juros sobre arrendamentos adicionados ao imobilizado	(4)	-
Juros sobre financiamentos adicionados ao imobilizado	6.176	-
Amortização de direitos de uso	50	-

Provisão para desmobilização	155	-
Amortização de arrendamento	-	(4)
Fornecedores	3.168	(568)
Transferência do Intangível	-	(8)
Transferência para imobilizado	-	8
Aquisição de ativo imobilizado	(26.934)	(719)
Aquisição de ativo intangível	(7.967)	-
Incorporação de acervo patrimonial	16.031	-
Integralização de capital social	9.325	1.291

25 Contingências

A Companhia não possui em 31 de dezembro de 2024 e 2023 contingências passivas com avaliação de risco de perda provável ou possível.

26 Compromissos futuros

A seguir são divulgados os principais compromissos da Companhia para os anos subsequentes.

	2025	2026	2027	2028	2029 a 2059
(EUST / CUST / CCT) (a)	3.138	3.138	3.138	3.138	78.456
Seguros (b)	7.436	-	-	-	-
Operação e manutenção (c)	273	273	273	273	8.206
Arrendamento (d)	390	390	390	390	11.383
Total	11.186	3.750	3.750	3.750	96.580

a) Encargos devido ao uso do sistema de transmissão (EUST e Taxa de Conservação)

Durante toda a operação dos projetos, a Companhia irá incorrer com gastos referentes aos Encargo de Uso do Sistema de Transmissão (EUST), objeto dos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão (CUST), e a Taxa de Conservação, objeto dos Contratos de Conexão ao Sistema de Transmissão (CCT), para empreendimentos conectados na rede de transmissão.

Para o ano de 2025 os EUSTs foram calculados considerando as Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão (TUST) vigentes para o ciclo tarifário 2024/2025 (julho de 2024 a junho de 2025) para projetos conectados na rede de transmissão, sem a utilização de correção/reajuste nas tarifas para os meses seguintes.

A partir de julho de 2025 os EUSTs também foram calculados considerando as tarifas vigentes para o ciclo tarifário 2024/2025.

b) Seguros

A Companhia possui contratos de seguros para manutenção e asseguração das plantas fotovoltaicas.

c) Operação e manutenção

A Companhia possui contratos com fornecedores de materiais e equipamentos para manutenção do parque fotovoltaico.

d) Arrendamentos

A Companhia possui contratos de arrendamentos dos terrenos pertinentes a utilização para instalação do parque fotovoltaico.

27 Eventos subsequentes

Conforme cláusula contida no contrato de financiamento assinado junto ao Banco do Brasil, a Companhia está em processo de postergação do pagamento para abril de 2026, mantendo a taxa de juros DI + 2,30% a.a. As cláusulas de covenants também permaneceram inalteradas.

Gunnar Honorato Pinassi
Diretor Financeiro
CPF: 269.843.018-14

Regis Madruga Leme
Contador
CRC: 1SP317833/O-2
CPF: 322.761.488-02

* * *